

Estado e Governo, um divórcio necessário para o liberalismo

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Depoimento a George Kosik, publicado no número especial de *Movimento*, julho 1977.

Pergunta - Os entraves que o governo colocou à realização da SBPC poderão tornar os cientistas mais politizados e independentes?

Bresser Pereira: Um dos elementos que tem caracterizado a crise política dos últimos anos, especificamente dos últimos três anos, é a crescente ruptura entre os cientistas e os intelectuais de um modo geral com o governo. Na verdade, não se deveria falar numa ruptura porque em nenhum momento os cientistas deram apoio ao sistema autoritário de governo estabelecido no Brasil. O que houve, realmente, em certos momentos, foi uma certa confusão. Há certas pessoas que falam na existência de uma comunidade técnico - científica e com isso confundem os tecnoburocratas com os cientistas ou os intelectuais. Os tecnoburocratas que estão no poder, aliados com certos setores da burguesia, têm como objetivo a eficiência, tornar as organizações e os processos mais eficientes, enquanto que os cientistas e os intelectuais estão preocupados com o desenvolvimento do conhecimento. A ideologia tecnoburocrática é uma ideologia autoritária-desenvolvimentista; a ideologia dos cientistas é uma ideologia liberal e eventualmente socialista. Não creio que haja no Brasil, hoje, nenhuma área significativa de cientistas e intelectuais com uma ideologia autoritária. Provavelmente, a ideologia dominante é a ideologia liberal de base burguesa. Existe, obviamente, um grupo de intelectuais, provavelmente minoritário, com uma ideologia socialista. Tanto a ideologia socialista, como a ideologia liberal, conflitam-se fundamentalmente com a ideologia tecnoburocrática capitalista dominante. Os obstáculos que o governo colocou à realização da reunião da SBPC são sintomas dessa divergência no plano ideológico. Mas, mais do que isso, são um sintoma da crise política geral porque está passando o país. Esta crise que deslanchou nos últimos três anos, tem uma série de causas que independem da posição dos intelectuais, que, aliás, sempre foram contrários ao

tipo de governo que nós temos. Mas no momento em que a crise se agrava, é óbvio que os intelectuais aprofundam as suas divergências com o governo. Parece-me que os entraves que o governo colocou à realização da reunião da SBPC derivam de uma confusão entre governo, Estado e sociedade civil. O governo, identificando-se com o Estado, imagina que não pode conceder verbas para os cientistas realizarem uma atividade política contra os seus interesses. Acontece que os recursos não pertencem ao governo, mas sim ao Estado. Não há dúvida que o Estado no Brasil, como, aliás, no resto do mundo, deverá ver as suas funções crescerem continuamente, não só no plano econômico como também no plano do desenvolvimento técnico e científico, pois, só o Estado tem condições de financiar o desenvolvimento da ciência. Agora, no momento em que confundirmos governo com Estado, estaremos caminhando para o autoritarismo e mesmo para o totalitarismo. Este é alcançado quando se imagina confundir não apenas o governo com o Estado, mas também o Estado com a sociedade civil.

P - Em que medida a crise contribui para aumentar a consciência crítica do cientista no que se refere às suas relações com o governo e a independência da ciência e dos cientistas?

BP - Os momentos de crise política são momentos privilegiados para a análise dos processos sociais. É muito mais fácil para o cientista social compreender a sociedade em que vive quando ele analisa-a em momentos de crise do que em momentos de estabilidade. Da mesma forma, é nos momentos de crise que aumenta a consciência crítica das pessoas. A crise que estamos passando hoje (iniciada em 1974, mais ou menos) evidentemente está aumentando a consciência crítica dos cientistas em relação ao governo.

P - Haveria alguma razão mais ampla forçando o governo a se afastar dos homens da ciência?

BP - O governo tem todo o interesse em se aproximar e não de se afastar dos homens de ciência. Se ele se afasta é porque há conflitos, no plano ideológico, muito profundos, conflitos que, evidentemente, o próprio governo não pode evitar. O desejo do governo seria o de subordinar os intelectuais à sua ideologia autoritária, desenvolvimentista e concentracionista de renda, mas as possibilidades de êxito de uma política desse tipo são mínimas; diria até que, hoje no Brasil, são inexistentes.

P - Seria devido à “politização” dos Congressos da SBPC, que se dá com maior ênfase a partir de 1971?

BP - O afastamento do governo em relação aos cientistas não é devido à politização dos Congressos da SBPC a partir de 1971. O afastamento ocorre na medida em que a crise política se agrava, na medida em que mesmo para os cientistas de formação liberal vai ficando claro que este governo pretende manter-se no poder de forma autoritária, por um tempo indefinido. No período entre mais ou menos 1969 e 1974 toda a sociedade brasileira, inclusive um número ponderável de cientistas e intelectuais, foram anestesiados pelo chamado “milagre”. A partir do momento que o “milagre” se acabou, a consciência crítica dos intelectuais voltou a se fazer presente e a maior preocupação da SBPC pelos problemas políticos reflete isso. Assim, a politização dos congressos da SBPC ocorre como um sintoma desse processo geral e não uma causa.

P - Não seria justamente essa a hora de fortalecer a produção nacional de tecnologia e ciência? Porque acontece o contrário: com o desestímulo à realização da SBPC?

BP - A realização do congresso da SBPC não está relacionada com o fortalecimento ou não da tecnologia e da ciência nacional. Diga-se, de passagem, um governo tecnoburocrático como o nosso tem interesse em desenvolver essa tecnologia e essa ciência. O problema é um problema político.

P - Poderia se comparar a ação do governo de impor reformas políticas sem consulta aos políticos e ao povo com as ações governamentais no campo científico (acordo atômico), também sem ampla consulta aos cientistas?

BP - O autoritarismo do governo se estende em todas as áreas: é produto de uma filosofia de vida, de uma concepção das coisas e é claro que esse autoritarismo se estende também para o campo da universidade e para o campo da ciência, portanto, é claro, também, que o desacordo dos cientistas tem também como causa essa interferência do Estado em áreas que não lhe pertencem.

P - Há inúmeras sugestões dos passos que a SBPC deve dar para aumentar sua autonomia. Seria interessante analisar formas concretas dessa luta por autonomia: por que tornar-se mais autônoma? Quais os objetivos imediatos e a longo prazo? Quais os limites dessa autonomia (verbas, etc.)?

BP - Não há dúvidas que a SBPC deve tomar todas as medidas possíveis para aumentar a sua autonomia.

P - Pode-se dizer que a ofensiva que se desencadeia contra a SBPC, acusando de veicular “demagogia” e “subversão” e contra o Cebrap tenham alguma semelhança com a ofensiva desencadeada no Congresso, quando vários parlamentares são acusados também? Seria uma nova etapa em que o governo passa à ofensiva depois de um período mais defensivo, como forma de atemorizar os moderados e indecisos e mobilizar os direitistas?

BP – A SBPC é um organismo típico da sociedade civil brasileira e no momento a sociedade civil se coloca contra o governo, ou melhor, contra os tecnoburocratas e a alta burguesia que ainda mantém o seu apoio ao governo. Também outras organizações, representando a sociedade civil, estão adotando uma posição crítica em relação ao governo e é claro que os representantes desse governo desencadeiam uma ofensiva contra essas organizações, e em épocas de crise, são de se esperar; estão começando a ocorrer nos últimos tempos, são as clássicas radicalizações de direita, mas, tenho a impressão de que são radicalizações de vida curta.

P - Para se tornar mais independente, a SBPC precisaria se ligar mais fortemente a outros setores, de modo a depender menos do governo; como se deveria encarar então uma aceitação de ajuda por parte, digamos, dos pequenos e médios empresários, que estariam interessados numa tecnologia nacional, mas barata, adequada à situação nacional? Que problemas colocaria essa vinculação?

BP - A questão está mal colocada. Pequenos e médios empresários não têm condições de financiar pesquisa e o desenvolvimento de uma tecnologia no Brasil. Em todo país do mundo quem financia a pesquisa básica é o Estado; isto deverá continuar acontecendo no Brasil. Todo o problema é não confundir o governo com o Estado.

P: Seria o mesmo tipo de relacionamento de interesses que existe agora com o governo, com a diferença apenas que de o atual governo privilegia a importação de know-how?

BP - Qualquer tipo de desenvolvimento tecnológico no Brasil implica em importação de know-how. Não cabe a nós discutir quais os limites dessa importação, embora não haja dúvidas quanto à necessidade do desenvolvimento de uma tecnologia nacional. Mas, é

perigoso imaginar que haja uma tecnologia nacional para produzir tratores, por exemplo. O mais importante é desenvolver uma ciência social nacional. Mas, mesmo aí, é muito perigoso falar-se em modelos políticos nacionais. Nós temos visto o que tem feito o governo com essa idéia, que utilização absolutamente imprópria tem sido feita disso. Há uma ampla experiência de democracia em todo mundo, e, no entanto, o que se continua falando é que o Brasil tem características próprias e exige um modelo político próprio, estando implícita nessa idéia que se exige (para o Brasil) um modelo político autoritário.

P: Outra vinculação que se coloca é com os estudantes. Como assimilar os estudantes sem perder os “moderados” e “indecisos” que o governo procura isolar? Que importância teria um alinhamento maior dos estudantes com a SBPC?

BP - Os estudantes já estão alinhados com a SBPC, ou melhor, estão alinhados com os cientistas que querem redemocratizar esse país. Nesse processo de alinhamento é muito importante, no momento, a moderação; as radicalizações, agora, só servirão aos objetivos do sistema autoritário, isto porque o que nós temos visto neste último ano especialmente é uma ruptura cada vez maior entre a burguesia e o governo (e a tecnoburocracia estatal que o domina) e essa ruptura continuará a se aprofundar na medida em que não haja uma radicalização de esquerda no momento.

P - Muitos intelectuais têm discutido, um pouco abstratamente, o relacionamento entre o Estado e os intelectuais; a atual crise, sendo uma manifestação concreta de interesses divergentes, dá uma oportunidade de se discutir concretamente esse relacionamento: quais seriam os interesses do Estado (e de outros patronos, como o empresariado, por exemplo) em oposição aos intelectuais?

BP - Os intelectuais podem ser tanto um instrumento ideológico do Estado como podem ser um instrumento crítico do Estado. Todo Estado é controlado por uma elite dirigente (essa elite dirigente, no Brasil, por exemplo, é constituída de militares, tecnoburocratas civis e membros da alta burguesia). Essa elite dirigente sempre procura apoiar-se em intelectuais que vão se responsabilizar pela ideologia do sistema. Por outro lado, é normal que haja um grupo de intelectuais que se opõe a essa ideologia, que se opõe ao governo. O problema fundamental do relacionamento entre os intelectuais e o Estado é um problema de garantir a independência dos intelectuais. O fundamental é que a grande maioria dos intelectuais é hoje obrigada a trabalhar dentro do Estado e por isso, nada mais importante do que distinguir governo de Estado, elite dirigente de Estado.

P - O fato do trabalho dos cientistas ser financiado pelo Estado ou grupos econômicos condiciona necessariamente o produto final, de modo que a função da ciência fica sendo a reprodução ideológica do capitalismo e classes dominantes?

BP - Condicionará na medida em que governo e Estado sejam confundidos. Se for possível fazer distinção entre uma coisa e outra, ou seja, se puder existir um Estado economicamente forte e ao mesmo tempo *politicamente fraco*, um Estado que se responsabiliza por setores amplos da produção nacional e certamente do desenvolvimento tecnológico nacional e ao mesmo tempo é um Estado controlado pela sociedade civil, controlado pelos setores fora do Estado: trabalhadores, estudantes, intelectuais, pequenos e médios empresários, então nós podemos imaginar uma sociedade em que o trabalho do cientista é garantido e, ao mesmo tempo, a sua autonomia.

P -- Que margem de trabalho independente existiria, caso a análise acima seja verdadeira?

BP - O Estado totalitário é aquele em que não há distinção nenhuma entre governo, Estado e sociedade civil, tudo é o Estado. Um governo democrático é aquele em que nós podemos separar com clareza o Estado, o governo e a sociedade civil. Dentro de uma sociedade democrática, por mais forte que seja economicamente o Estado, se estiverem bem distintos os três níveis a que estamos nos referindo, será possível haver uma ampla independência para o trabalho científico.

P – Seria possível, ao contrário, que os intelectuais se “descolassem” de interesses das classes dominantes e se posicionassem ao lado de outras classes? Como se daria isso?

BP – O papel dos intelectuais no processo de transformação da sociedade, não só em direção à democracia, mas também em direção ao socialismo, é essencial. É da aliança dos intelectuais, incluídos entre eles os artistas e os estudantes, com os trabalhadores, que é possível imaginar, no futuro, uma sociedade socialista. Eu acredito, obviamente, que os intelectuais estejam condicionados pela classe a que pertencem, mas eu também não acredito que esse condicionamento seja total; o que assistimos no mundo de hoje é uma crescente autonomização dos intelectuais em relação às suas condições materiais de existência. Sem essa autonomização, qualquer transformação social profunda será muito difícil.

P – O Prof. Carlos Estevam Martins em seu livro “Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil” diz que existe no Brasil uma camada de altos funcionários do capital estatal que têm interesses independentes do capital estrangeiro e dos setores agro-exportadores e estariam interessados na emancipação nacional. A tentativa de emancipação da SBPC nesse quadro, seria indesejável? Os cientistas se organizarem independentemente seria um enfraquecimento do projeto dos funcionários do “capital estatal”?

BP - É inegável que entre a tecnoburocracia estatal existem tecnoburocratas nacionalistas. Mas devemos tomar muito cuidado com isso. Não creio que o problema fundamental no Brasil hoje seja dividir as pessoas em nacionalistas e não-nacionalistas. O que é importante hoje é sim, dividir as pessoas em democratas e antidemocratas. A posição dos intelectuais nesse quadro só pode ser a de se enquadrar com aqueles que forem democratas, senão estamos ameaçados de voltar a um tipo de populismo que já nos causou muito dano. O populismo nacionalista e desenvolvimentista, que acaba se transformando em um instrumento da burguesia e mais do que isso, da própria tecnoburocracia para se perpetuar no poder de forma autoritária.

P - Como encarar a tentativa da SBPC em se tornar mais independente e das medidas concretas nesse sentido (propostas de doação de um dia de trabalho à SBPC, doações de empresários, etc.). Quais as chances que teria a SBPC mais independente e atuante, quais os limites dessa autonomia? Que chances teria a SBPC de se transformar num “sindicato”?

BP - A atuação política da SBPC deve ser limitada. Não acredito que a SBPC se possa transformar em um “sindicato”, nem em um órgão orientado principalmente para a política. Mas é claro que a SBPC é e deve, através das suas reuniões, dos cientistas que a representam, posicionar-se politicamente e nesse momento ela o faz em torno de certos valores básicos comuns a praticamente todos os cientistas. É o que está acontecendo no momento. O posicionamento político da SBPC é um posicionamento a favor da democracia, que congrega não só a maioria absoluta dos cientistas brasileiros como, diria, de todo o povo brasileiro.